
O OLHAR DOS ALUNOS NEGROS SOBRE SUA IMAGEM

Caroline Delfino dos Santos¹
Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima²
Jurema Lopes Rosa³

RESUMO

A escola tende a projetar nos alunos um modelo estético e identitário amparado em valores historicamente aceitos. Assim, o presente artigo apresenta como objeto de estudos os conflitos de identidade impressos entre as imagens dos alunos e sua percepção em torno desta. A metodologia pautou-se na observação participativa no período de novembro de 2016 a fevereiro de 2017. Embora os arranjos sociais reflitam um mundo diversificado, as observações *in loco*, evidenciaram, como resultados preliminares, que os alunos absorvem padrões eurocêntricos impostos pelo meio para a construção da autoimagem. Nesse contexto, uma leitura multicultural sobre a educação é inserida numa perspectiva pedagógica voltada para as diferenças como importante categoria a ser considerada na construção da sala de aula.

Palavras-chave: Educação. Identidade. Culturas.

THE LOOK OF THE BLACK STUDENTS ON THEIR IMAGE

ABSTRACT

School tends to project on the students as esthetical and identity model held on values historically accepted. Thus, the present article presents as study object the identity conflicts printed between the images of students and their insights around it. The methodology carried on the observations in loco, highlight, as preliminary results, that students absorb eurocentric standards imposed by the environment of self-image building. In this context, a multicultural reading about education is inserted in a pedagogical perspective forwarded for the difference as an important category to be considered at the classroom building.

Keywords: Education. Identity. Cultures.

LA MIRADA DE LOS ALUMNOS NEGROS SOBRE SU IMAGEN

RESUMEN

La escuela suele proyectar en los alumnos un modelo estético y de identidad sostenido en valores históricamente aceptos. Así, el presente artículo presenta como objeto de estudio los conflictos de identidad impresos entre las imágenes de los alumnos y su percepción en torno de esta. La metodología se ha pautado en la observación participativa en el periodo de noviembre de 2016 a febrero de 2017. Aunque los arreglos sociales reflejen un mundo diverso, las observaciones *in loco*, evidenciaron, como resultados previos, que los alumnos absorben patrones eurocéntricos impuestos por el medio a la construcción de la autoimagen. En ese contexto, una lectura multicultural acerca de la educación es insertada en una perspectiva pedagógica vuelta a las diferencias como categoría importante que sea considerada en la construcción de clase.

¹ Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes. Professora Especialista/orientadora Educacional da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias

² Doutorado em Ciências Sociais. Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Universidade do Grande Rio.

³ Doutorado em Educação. Professora adjunta do UNIGRANRIO.

Palabras-clave: Educación. Identidad. Culturas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar os conflitos de identidade impressos na auto representação da imagem da criança negra. A opção pela temática encontra respaldo na redação do documento Parâmetros Curriculares Nacionais que apresenta a igualdade de direitos como um dos princípios por ele defendido:

Refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada. (BRASIL, 1997, p. 20)

O texto revela a importância da inclusão das questões sociais na educação formal. Apresenta em seu corpo, como um dos temas transversais, a pluralidade cultural, chamando-nos a atenção para a diversidade dos grupos que compõem a cultura brasileira, alertando-nos ainda para a emergência de se investir

[...] na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. (BRASIL, 1997, p.20)

O estudo a seguir estrutura-se em três partes. Na primeira será desenvolvida uma análise em relação aos desenhos produzidos por alunos do 5º ano de escolaridade de uma dada escola pública municipal onde, a partir de autorretratos dão pistas de como constroem suas imagens e que questões estéticas utilizam para compor seus retratos. Para uma reflexão mais apurada em torno dos aspectos políticos e sociais embutidos nos desenhos selecionados, o texto contará com contribuições teóricas de FANON (2008) e CANEN & CANEN (2005).

A metodologia adotada apoiou-se na observação participativa. Para a análise dos dados foi utilizado método de amostragem intencional, ou também identificada como amostragem por julgamento, uma amostra não probabilística com objetivo de identificar a intenção dos sujeitos pesquisados a partir de seus registros. Serão analisados especificamente dois autorretratos.

Num segundo momento serão apresentadas algumas considerações em torno do conceito de multiculturalismo, bem como sua origem e sua relação com a

identidade e cultura. Cumpre ainda uma observação acerca do multiculturalismo como possibilidade de superação aos atuais paradigmas da educação que estruturam suas práticas de ensino em bases monoculturalistas. O artigo revela ainda como este vem se construindo como um movimento de resistência das ditas minorias sociais, articulando-se a favor da visibilidade das diferentes culturas.

Ao final, serão apresentadas conclusões provenientes das observações realizadas durante a pesquisa de campo e estudos desenvolvidos na área do currículo escolar, mais especificamente numa perspectiva multicultural.

ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CRIANÇA NEGRA A PARTIR DO SEU AUTORRETRATO

Pensar a escola como um espaço de diversidade vem se tornando um importante desafio aos profissionais da educação, muito embora a pluralidade cultural seja uma realidade já evidenciada nos mapeamentos demográficos do país. Para investigar como as crianças dia a dia se percebem e se constroem em meio a essa diversidade, o desenho revelou-se como uma alternativa aos instrumentos tradicionais, dando maior visibilidade às concepções dos alunos em torno de sua autoimagem. Gobbi (2005) compreende o desenho como uma importante metodologia de pesquisa para os estudos relacionados à infância:

[...] O desenho infantil surge como centro da discussão; Conjugado à oralidade, ele é apresentado aqui como instrumento que pode ser utilizado quando queremos conhecer mais e melhor a infância [...]. O desenho e a oralidade são compreendidos como reveladores de olhares e concepções dos pequenos e pequenas sobre seu contexto social, histórico e cultural, pensados, vividos e desejados. (GOBBI, 2005, p.70-71)

Com a preocupação de mantermos em sigilo a identidade dos alunos, substituímos seus respectivos nomes por letras do alfabeto. A turma refletia o retrato da população brasileira, no que se refere a cor. Apesar da maioria das crianças ser negra, em seus desenhos se retratam como crianças brancas, algumas chegam a se colorir com o que se convencionou chamar de *cor da pele*, um tom rosado, que compõe a paleta de cores da maioria das marcas de lápis e assim a identificam em suas embalagens. Diante da diversidade brasileira no que se refere a cor, por que reconhecer apenas uma como legítima, atribuindo-lhe oficialmente o nome *cor de pele*?

Não se trata apenas de mera nomenclatura, mas de uma série de conceitos embutidos que tendem a determinar qual cor vale, qual é a cor oficial, e que vão

fazendo com que as crianças se identifiquem com uma cor que não é a sua.

No desenho a seguir, os braços foram coloridos com cores próximas ao seu tom de pele, mas o mesmo não se observa em seu rosto:

Figura 01



(Aluna A, 11 anos)

Essa incorporação da imagem do branco não pode ser lida apenas como uma opção. A história revela a crueldade com que as pessoas negras foram tratadas desde os mais variados processos de escravidão que se deram em diversos países até os dias atuais. A linguagem utilizada para se referir ao negro, os cargos ocupados pelos mesmos no desigual mercado de trabalho, a diferença salarial posta entre negros e brancos mesmo quando assumem funções iguais, denunciam o lugar subalterno que os negros ainda ocupam nessa sociedade.

Dia a dia atribui-se ao negro a imagem do negativo, enquanto ao branco são associados elementos simbólicos considerados como positivos, assim, nos apoiamos nas análises de FANON (2008) para uma reflexão sobre as questões de alteridade construídas pelo branco em relação ao negro:

Na Europa, o Mal é representado pelo negro. É preciso avançar lentamente, nós o sabemos, mas é difícil. O carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro- tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral física ou à sujeira moral. Ficaríamos surpresos se nos déssemos ao trabalho de reunir um grande número de expressões que fazem do negro o pecado. Na Europa, o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado rum da personalidade. Enquanto não compreendermos essa proposição, estaremos condenados a falar em vão do *problema negro*. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. (FANON, 2008, p.160)

A negação à negritude revela-se cultural e justifica-se pelo que tradicionalmente o branco atribui ao negro. Os desenhos denunciam que a construção

da identidade dessas crianças é pautada no que um mundo branco determinou como bom ou ruim. Seguem ainda as seguintes considerações apresentadas pelo autor:

Na Europa, o preto tem uma função: representar os sentimentos inferiores, às más tendências, o lado obscuro da alma. No inconsciente coletivo do *homo occidentalis*, o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome. Todas as aves de rapina são negras. Na Martinica, que é um país europeu no seu inconsciente coletivo, quando um *preto azul* faz uma visita, exclama-se *Que maus ventos o trazem?* (FANON, 2008, p. 161)

No próximo desenho, os cabelos são coloridos em tom amarelo, dando a ideia de ser uma criança loira, embora não seja:

Figura 02



(Aluna B, 10 anos)

Em *Pele negra Máscaras brancas*, Frantz FANON cita a seguinte antinomia facilmente observada na sociedade “Uma magnífica criança loura, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, principalmente, quanta esperança! Nada de comparável com uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito.” (FANON, 2008, p.160) Não é difícil entender o porquê de as crianças negras desejarem ser brancas. A compreensão sobre seu comportamento perpassa por uma reflexão sobre as formas de discriminação presentes nos livros, na mídia e reproduzidos nas relações cotidianas “[...]Começo a sofrer por não ser branco na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade(...) Então, tentarei simplesmente fazer-me branco.” (FANON, 2008, p. 94). O desejo em ser branco trata-se de uma estratégia para ser aceito numa sociedade em que o negro ainda é tratado de forma desigual. Daí tão importante que as escolas tomem essa discussão para si e insira no currículo reflexões como discriminação racial e tantas outras formas de opressão.

Pensar em uma pedagogia que atenda à diversidade cultural presente na escola pública brasileira requer um aprofundamento teórico em torno de como as identidades

e diferenças são construídas e ainda uma análise sobre a perspectiva dos atuais estudos culturais.

Para conceituar a identidade, Canen e Canen apresentam três dimensões:

A identidade individual é compreendida como aquela constituída da pluralidade de marcadores que perfazem a constituição dos sujeitos, eles próprios híbridos e plurais. A identidade coletiva refere-se a algum marco da identidade percebido como central na construção de sua história de vida e das relações desiguais e preconceituosas que a atingem. [...]. Por outro lado, denominamos identidade institucional ao conjunto de marcadores que caracterizam um ambiente institucional, no marco das tensões entre as identidades individuais plurais, as identidades coletivas e um projeto de instituição que se deve construir. (CANEN & CANEN, 2005, p. 43)

Para uma melhor compreensão da dimensão individual, CANEN e CANEN relacionam a identidade aos diversos marcadores inerentes à constituição da própria pluralidade do sujeito. Tratam-se de marcadores de gênero, cor, religião, classe socioeconômica e outros, que juntos compõem uma rede resultando na identidade individual. A identidade coletiva se dá por meio do encontro de diferentes pessoas em razão de uma dada característica individual, tal como ocorre, por exemplo, com os grupos que se organizam em razão das questões de gênero.

Ainda na busca por embasamentos teóricos que sustentem o conceito e a discussão sobre identidade, recorreremos a HALL, que apresenta três perspectivas diferentes:

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo *centro* consistia num núcleo interior que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia ainda que permanecendo essencialmente o mesmo-contínuo ou *idêntico* a ele. [...] pode se ver que essa era uma concepção muito *individualista*. De acordo com a concepção sociológica, a identidade é formada na *interação* entre o eu e a sociedade. [...] O sujeito pós-moderno é conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma *celebração móvel*: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelado nos sistemas que nos rodeiam. (HALL, 2006, p.11-13)

Se na conceituação do sujeito do Iluminismo é possível a compreensão que a identidade era a essência do eu, na perspectiva sociológica, “o eu-real é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem.” (HALL, 2006, p.17)

Ao construir algumas reflexões em torno da identidade, HALL relaciona as transições da percepção da identidade às constantes oscilações do tempo moderno. O deslocamento de um, implica no câmbio da outra. A exemplo, o autor atribui ao

fenômeno da globalização a contínua mutação dos conceitos de identidade, bem como sua pluralização e até os entrelaçamentos identitários.

As práticas que se apoiam na construção de uma educação que pregue o respeito e a tolerância às múltiplas identidades incorrem no equívoco de tratar a questão da identidade e diferença de forma superficial, não alcançando o cerne da questão que é um aprofundamento sobre como tais elementos da cultura são produzidos socialmente.

EDUCAÇÃO MULTICULTURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com origem nos Estados Unidos, o multiculturalismo surge no esforço de romper com a ideia de escola enquanto espaço monocultural, mais especificamente no campo do ensino superior. As ditas minorias sociais percebem a nítida valorização da cultura branca, europeia, masculina e heterossexual no currículo universitário em detrimento das suas culturas e defendem que as contribuições das diferentes experiências culturais sejam contempladas. Importante salientar que o multiculturalismo não se limitou ao espaço acadêmico, mas se construiu a partir das mobilizações das minorias sociais em busca de maior visibilidade e equidade.

O multiculturalismo apresenta-se sobre diferentes concepções. Ao analisarmos os estudos apresentados por autores de maior relevância no campo do currículo, em especial, multiculturalistas, observamos que cada qual buscou subdividi-lo em diferentes abordagens. Assim, para uma melhor compreensão do tema, optamos pela análise apresentada por SILVA.

O autor citado confere ao multiculturalismo duas subdivisões: a primeira refere-se ao aspecto liberal ou humanista. A segunda, apresenta-se sobre o aspecto político e crítico, que por sua vez ramifica-se em outros dois aspectos: pós-estruturalista e materialista.

A base do multiculturalismo liberal apoia-se no aspecto humano comum aos diferentes grupos sociais e é em nome dessa humanidade que o mesmo prega “o respeito, tolerância e a convivência pacífica” (SILVA, 2007, p.86) entre todos. Em oposição a tais princípios, a visão crítica entende que as diferenças advindas de cada cultura não podem ser desassociadas das relações de poder.

A segunda abordagem analisada por SILVA apresenta-se ainda divididas em duas outras categorias. O pós-estruturalismo, uma dessas perspectivas, afirma que as

diferenças não são de ordem natural, mas são produzidas por meio de processos linguísticos e coloca a diferença sobre um determinado ponto de vista, que não necessariamente trata-se de uma referência absoluta. As relações de poder seriam a principal responsável pela construção das diferenças e que, portanto, não cabe a manutenção dos discursos em prol da tolerância. Pensando à nível curricular não é suficiente apenas o reconhecimento e respeito as diferenças, mas pensar e discutir como tais diferenças foram socialmente construídas, quase sempre resultando em desigualdade e discriminação. Já a perspectiva materialista defende a tese de que os processos discriminatórios têm como base os processos “institucionais, econômicos e estruturais” (SILVA, 2007, p. 87).

As perspectivas apresentadas pelo multiculturalismo comungam da ideia de que o currículo tradicional historicamente privilegia um único segmento da sociedade “a cultura branca, masculina, europeia e heterossexual” (SILVA, 2007, p. 88) e é altamente criticada por questionar a forma como o cenário educacional não contempla as ditas minorias sociais.

De acordo com SILVA, “não é possível estabelecer nenhum critério transcendente pelo qual uma determinada cultura possa ser julgada superior à outra” (SILVA, 2007, p. 86). É com base nesse princípio que o multiculturalismo coloca-se como um movimento de afirmação diante do direito à diversidade, assumindo-se como ferramenta de luta política a favor da construção de práticas mais igualitárias. Trata-se, pois, de um fenômeno social que visa a promoção de uma educação intercultural por meio de ações politicamente comprometidas com a valorização e contemplação das diferentes culturas.

Entendendo que o currículo carrega consigo ideais sociopolíticos, é possível pensar que não se pode separar as culturas das relações de poder presentes no cenário educacional. É importante pensar nos alunos oriundos da escola pública, pertencentes às classes sociais menos favorecidas, como sujeitos produtores de conhecimentos outros. Se é importante que tais alunos tenham acesso às mais variadas formas de construção do saber e ao saber historicamente produzido, de igual maneira é essencial que seus conhecimentos sejam não apenas trazidos para dentro da sala de aula, mas também contemplados na escola e validados como legítimos.

Na concepção de Frigotto, a produção do conhecimento refere-se também a uma manifestação de luta e está diretamente relacionada às relações de poder. O saber não pode estar desvinculado das relações de poder existentes entre os diferentes

grupos:

A produção e a divulgação do conhecimento não se faz alheia aos conflitos, antagonismos e relações de forças que se estabelecem entre as classes e grupos sociais. A produção do conhecimento é ela mesma parte e expressão dessa luta. É neste sentido que a teoria se constitui em força material e a consciência crítica um elemento fundamental e imprescindível na luta pela transformação das relações sociais marcadas pela alienação e exclusão [...] Necessitamos, então, perceber que a superação mais profunda dos limites que encontramos na produção do conhecimento e nos processos pedagógicos de sua socialização, somente se dará de forma mais efetiva na medida que forem sendo rompidas as relações sociais que fornecem a base material destes limites. Superação da divisão entre trabalho manual e intelectual e dos mais diversos processos e mecanismos de exclusão, que no horizonte histórico significa lutar pela superação da sociedade de classe. (FRIGOTTO, 2008, p.51-52)

O tratamento igualitário às diferentes culturas não é um fim em si mesmo. O multiculturalismo coloca-nos diante da necessidade de pensarmos de que maneira a diferença é posta nas relações sociais e em que medida a escola pode favorecer no processo de diminuição dessa desigualdade

Tal movimento surge como uma resposta a evidente diversidade de culturas presentes na contemporaneidade. Cada vez mais grupos manifestam suas pluralidades identitárias e reivindicam por espaços de visibilidade e valorização, impulsionando-nos a tecer novos olhares e concepções em torno das diversidades. Daí pensarmos o multiculturalismo não apenas como conceito ou valor, mas como instrumento de luta na defesa das diferenças que se referem a cor, ao gênero, à religião, à faixa etária, às necessidades especiais e a tantas outras marcas identitárias que se dizem respeito às ditas minorias sociais, àqueles grupos socialmente marginalizados que hoje manifestam-se em prol dos seus direitos. Trata-se, pois, de um posicionamento crítico e militante diante das práticas excludentes que a sociedade historicamente vem exercendo para com tais grupos ao longo dos séculos.

Os estudos de Silva que abarcam o tema, denotam a ambiguidade presente na essência do multiculturalismo:

Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países (países dominantes do Norte) para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os “problemas” que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante. (SILVA, 2007, p. 85)

Ao se referir à presença de grupos étnicos nos países do Norte, SILVA faz menção aos processos migratórios impulsionados pelas relações de poder que

aglutinam no mesmo espaço geográfico diferentes culturas. Muito embora os diferentes grupos étnicos e raciais estejam juntos, a distância simbólica entre os mesmos amplia-se na mesma proporção em que as desigualdades sociais são, a grosso modo, alargadas. Os fluxos de migração constituem-se em uma via de mão dupla, tratando-se, pois, de um dos efeitos dos processos de colonização onde os países exploradores extraem toda riqueza da colônia não deixando outra alternativa senão aquela de fazer com que as pessoas deixem suas terras já esgotadas e busquem na metrópole enriquecida algum meio de subsistência.

No Brasil o multiculturalismo apresenta-se sobre perspectivas baseadas no fato de tratar-se de um país cuja demografia é construída a partir das relações inter-raciais. A prática de colonização e exploração da terra fez do Brasil um país capaz de abrigar as mais diferentes nacionalidades, culturas, raças. Hoje, em virtude das guerras e misérias espalhadas pelo mundo, nosso país acolhe grande número de refugiados. A exemplo, bem contemporâneo, é possível observar o número de sírios recebidos em solo nacional desde 2011. De acordo com Ministério da Justiça, o Brasil vem se destacando em relação à concessão de vistos humanitários para refugiados⁴ da Síria chegando a quase 10 mil.

Essa histórica característica brasileira de, por diferentes razões, receber em seu solo povos do mundo inteiro faz com que sua formação demográfica seja delineada pelas mais variadas culturas. Nesse contexto, nos parece paradoxal pensar que um país com composição tão plural tenha suas relações sociais pautadas na homogeneização cultural. Por outro lado, essa limitação entorno da percepção de que somos frutos de diferentes experiências vem impulsionando o empoderamento dos grupos mais diretamente afetados e marginalizados. Não só pela via dos movimentos sociais, mas principalmente por meio deles, vimos grupos excluídos se fortalecendo e se transformando em grandes potências em prol da reivindicação dos seus espaços e direitos político-sociais.

CONCLUSÕES

⁴ De acordo com a Lei 9.474/1997, refúgio refere-se a uma medida de proteção prevista em lei concedida a pessoas oriundas de outros países que estejam sendo perseguidas em razão de sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Também se enquadram neste perfil, estrangeiros cujos direitos humanos sejam violados em seus países de origem. O documento em questão define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

Se a escola de fato for entendida como subproduto da sociedade e, portanto, um espelho que reflete seus ranços, estigmas e paradoxos, não há como deixar de pensar esse espaço como um universo propício às discussões referentes às identidades e diversidades. Se concebida como espaço de diversidade e, em meio a essa pluralidade, for pensada como campo de disputa de poder, torna-se urgente a instauração de práticas comprometidas politicamente com novas configurações educacionais a favor dos grupos historicamente excluídos.

Nesse contexto, o multiculturalismo revela-se como importante resposta a essa demanda: a diversidade presente na sociedade e, inevitavelmente na geografia escolar. Pensar o multiculturalismo no campo da educação, trata-se, pois, de assumir um posicionamento político frente às questões de desigualdade presentes no tempo/espaço escolar. A esse respeito, CANEN & CANEN declaram:

[...] temos argumentado que pensar em multiculturalismo é, acima de tudo, pensar sobre identidades plurais que perfazem as sociedades e em respostas que garantam a representação e a valorização dessas identidades nos espaços sociais e organizacionais. (CANEN & CANEN, 2005, p.42)

O multiculturalismo nos provoca, tal como apontado pelos autores citados, a pensar, de forma não folclórica, a promoção de espaços mais plurais dentro da escola, entendendo que a diversidade é inerente à sociedade. A universalização do ensino materializa a diversidade proveniente dos sujeitos sociais, desafiando-nos a repensar a dinâmica da escola, bem como as estratégias de ensino.

Para o tratamento dessas questões, a prática de uma educação alinhada às perspectivas multiculturais em oposição a uma proposta monocultural, nesse estudo, se revelou como um importante alternativo. Do ponto de vista dos grupos minoritários, é emergencial a superação das perspectivas universais e monoculturais buscando evidenciar conhecimentos outros para além daqueles já legitimados socialmente. A partir dessa vertente, o multiculturalismo não apenas denuncia contextos de exploração, conflito e alienação, mas visa relações mais horizontais.

As discussões em torno da desigualdade não se esgotam apenas no estudo das diferenças, assim como também não cabe desvincular as questões culturais das questões relacionadas ao poder, uma vez que a história nos aponta claramente a supremacia de dada cultura em relação as demais. A partir daí, compreendemos a emergência de uma destituição dos processos de hierarquização das culturas em nome de uma visão multilateral e democrática que contemple e reconheça as mais variadas formas de existir no mundo.

Pensando mais especificamente sobre a turma pesquisada, as crianças, por meio de seus desenhos manifestaram forte reprodução dos modelos comportamentais adotados pela sociedade. Os desenhos carregam consigo significados múltiplos e nos colocam o desafio de pensar um currículo estruturado no reconhecimento e valorização das diferenças pautadas na cor, no gênero, nas religiões e outros marcos identitários.

Cumprе salientar que as observações *in loco* referem-se apenas a um recorte da leitura dos alunos sobre seus corpos. O olhar captado se deu em torno de um fragmento do complexo e vasto cenário que é a escola. Trata-se, pois, de uma visão parcial construída a partir da auto representação dos sujeitos, não devendo, pois, ser interpretada como o retrato impresso pelo coletivo de alunos negros de toda escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, DF, 1997.

_____. *Lei nº 9.474/97*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências Brasília, 1997.

CANEN, Ana; CANEN, Alberto Gabbay; Rompendo fronteiras curriculares: O multiculturalismo na educação e outros campos do saber. *Currículo sem Fronteiras*, nº. 2, Jul/Dez. 2005. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/canen.pdf> . Acesso em 01/jun/2017.

FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE*, Foz do Iguaçu Vol. 10, nº 1, Pág. 41-62, 1º sem. 2008.

GOBBI, Márcia. *Desenho Infantil e oralidade: Instrumentos para pesquisas com crianças pequenas*. In: FARIA. Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri;

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SILVA, Tomás Tadeu da (org.). *Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.